

A “Mexicanização” da política brasileira

Homero de Oliveira Costa

Jornal de Hoje 20.09.2010

O sociólogo e cientista político Bolívar Lamounier publicou recentemente um artigo no qual se refere a um processo de “mexicanização” da política brasileira. Quais são seus argumentos principais? Para ele, considerando as pesquisas eleitorais, tanto nacionais quanto estaduais, haverá, com a eleição de Dilma Rousseff e de seus aliados, uma concentração de poder no Brasil, com a hegemonia do PT e do PMDB, que significará um controle quase total do processo político e das instituições, suprimindo a oposição: “Para o bem ou para o mal, a única oposição político-eleitoral potencialmente capaz de fazer frente ao rolo compressor lulista é a aliança PSDB-DEM-PPS. No horizonte de tempo em que estou pensando – digamos os próximos quatro anos - não há alternativa. Portanto, a operação a que estamos assistindo, com seu claro intento de esterilizar ou virtualmente aniquilar essa aliança, coloca-nos nas cercanias de um regime autoritário”.

E continua: “Sem a esterilização ou o aniquilamento político-eleitoral da mencionada coalizão, não há como cogitar um projeto de poder hegemônico, de longo prazo e sem real alternância de poder. (...) Sociologicamente falando, não há funcionamento efetivo da democracia, quaisquer que sejam os arranjos constitucionais vigentes, num país onde não exista uma oposição eleitoralmente viável. Haverá, na melhor das hipóteses, um autoritarismo disfarçado, um “chavismo branco” ou, se preferem, um regime mexican style – aquele dominado durante seis décadas pelo PRI, o velho Partido Revolucionário Institucional mexicano”.

O PRI , como se sabe, dominou a política mexicana entre os anos de 1929 e 2000. No dizer do notável escritor Otávio Paz, “o PRI construiu uma fachada democrática com partido único”. O A origem do PRI remonta ao ano de 1929 quando o ex-presidente Plutarco Elías Calles criou o Partido Nacional Revolucionário (PNR). Em 1938 o também presidente Lázaro Cárdenas del Río, muda o nome para Partido da Revolução Mexicana (PRM). E em 1946 adotou o nome de Partido Revolucionário Institucional (PRI). Governou de 1929

até 2000, quando foi eleito Vicente Fox do PAN (Partido da Ação Nacional), que também fez o sucessor, em 2006 (2 de julho), Felipe Calderón Hinojosa.

A tese da “mexicanização” me parece equivocada por vários motivos. Primeiro, porque há distâncias substanciais entre os países. No México, essa hegemonia, com regime único, foi mantida durante todos esses anos por meio de violências contra qualquer forma de oposição e através de freqüentes fraudes eleitorais. Certamente não é esse o caso do Brasil. As instituições, bem ou mal, funcionam. Há diversos partidos políticos regularmente competindo em eleições periódicas, uma justiça eleitoral atuante etc.

E, diferente do Brasil em 2002, quando Lula foi eleito, a sucessão no México foi de um partido de direita (PRI) para outro partido de direita (PAN).

Segundo: as origens, programas e práticas do PRI e do PT são completamente distintas e para governar, o PT precisa fazer alianças, como tem sido desde 2003, ou seja, o nosso presidencialismo, que o cientista político Sérgio Abranches chamou de “presidencialismo de coalizão”. por necessitar de coalizões para governar, não forma um bloco monolítico. Daí as necessárias e freqüentes negociações com a “base aliada”. E nisso consiste a grande capacidade de Lula: a de conciliar interesses contraditórios no Congresso Nacional.

Terceiro ter projetos de poder em longo prazo não significa “mexicanização”. O próprio PSDB tinha projeto de 20 anos no poder, explicitado pelo então ministro Sérgio Motta. Se foi assim (embora não tenha passado de projeto) por que o PT e outros partidos também não podem ter? E por que não se falou nisso quando o PSDB estava no poder?

O problema para mim é outro. Não se trata de “mexicanização” da política brasileira, até porque a oposição deve eleger governadores em alguns estados e parlamentares tanto nos estados (Assembléias Legislativas) quanto no Congresso Nacional (Câmara dos deputados e Senado). O problema principal do sistema político brasileiro é, como diz o economista Chico de Oliveira (Le Monde Diplomatique, n.38) a sua perda de representatividade. Para ele “O

sistema político ficou inalcançável pela maioria da população. A tradição do ocidente democrático é que os partidos fariam a mediação entre a sociedade e a política. Por quê? Porque a política direta, participativa, tal como os gregos nos levaram, é impossível na sociedade moderna (...) na nossa época, é impossível reproduzir a democracia direta e participativa, por essa razão o Ocidente, na tradição grega, inventou os partidos políticos como mediação entre essa massa de cidadãos e o Estado. Devido à complexidade crescente da sociedade e à disputa de interesses muito fortes, os partidos políticos perderam a capacidade de processar os conflitos políticos e a luta de classes, perdendo também sua representatividade”.

Parece-me um diagnóstico correto. Uma das principais críticas que se pode fazer ao sistema político brasileiro, é a fragilidade dos partidos políticos enquanto instância de mediação entre sociedade e o Estado e a vitória de Dilma Rousseff, mesmo com ampla maioria tanto na Câmara como no Senado não parece que significará o fortalecimento dos partidos políticos, nem tampouco à formação de um “partido único”. Para o cientista político Leonardo Barreto (UNB) “O Brasil possui outras divisões que impedem a concentração de poder. Além da dimensão partidária, existe a face federativa e a tripartição dos poderes que funcionam como sistemas efetivos de pesos e contra-pesos, freando eventuais impulsos imperiais do partido que eventualmente estiver às frente da presidência da República”.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br